

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ÓRGÃO:

Prefeitura Municipal de Tarauacá

SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Planejamento / Setor de Engenharia

Secretaria Municipal de Saúde

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Fabriola Azevedo Lima

Diretora de Convênios da Sec. Mun. de Saúde

Portaria nº 181/2025

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia

Assessora Técnica em Engenharia

Portaria nº 202/2025

E-mail:

planejamentotarauaca@gmail.com

Francisco Romário de Oliveira Costa

Secretário de Municipal Saúde

Decreto nº 086/2025

E-mail: coord.admsemsa@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

DADOS DA OBRA

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:

Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 011.

1.1 Nome do Projeto: **Ampliação da Unidade Básica de Maria da Luz, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 120 – Bairro da Praia, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 011, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no âmbito do Programa de Qualificação de UBS.**

Localização da Obra: A obra/serviços será executada na Unidade Básica de Maria da Luz, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 120 – Bairro da Praia, no município de Tarauacá/Acre.



2 LOCALIZAÇÃO DO LOTE

Escala gráfica

Imagem 01: Localização da UBS Maria da Luz
COORDENADAS Lat.: 8°9'56.61"S Long.: 70°45'55.68"O

1.2 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 010, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população urbana do referido município, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)

2.1 - O Estudo Técnico Preliminar faz-se necessário para instrução de procedimento licitatório para o objeto a ser licitado, a contratação da obra de **Ampliação da Unidade Básica de Maria da Luz, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 120 – Bairro da Praia, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 011, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no âmbito do Programa de Regualificação de UBS, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município.**

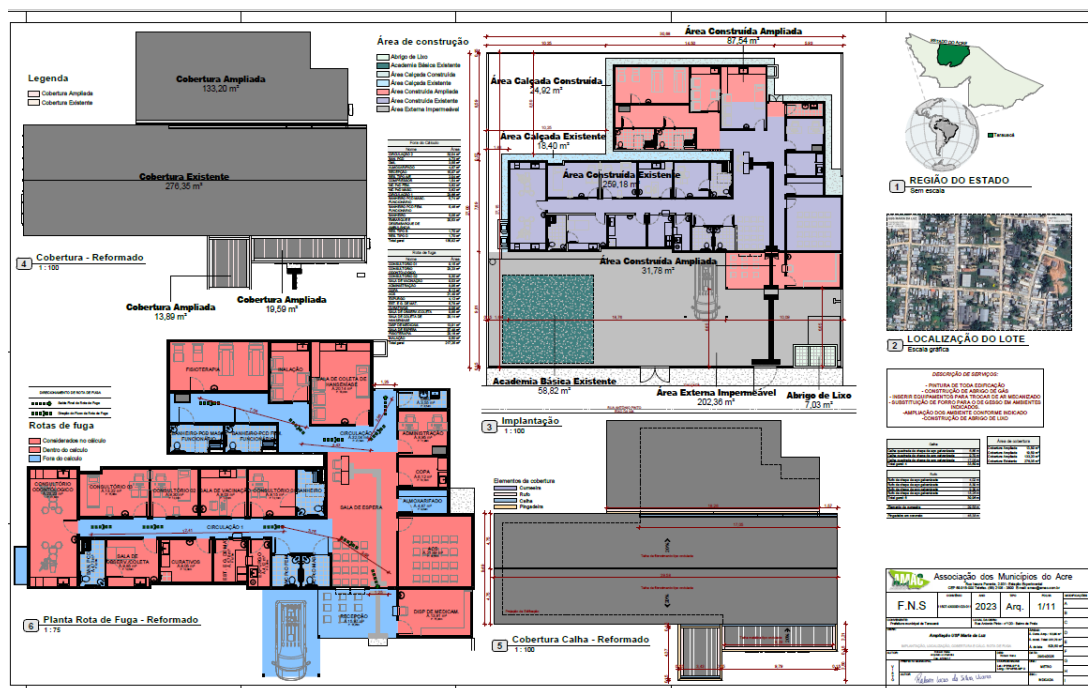


Imagem 02 –A obra será executada na UBS Maria da Luz.

2.2 - A necessidade decorre do cumprimento do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município de Tarauacá, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde. Este Termo integra o Programa de

Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, o qual estabelece padrões estruturais mínimos para funcionamento adequado, segurança sanitária, acessibilidade e melhoria do ambiente de cuidado.

2.3 - A ampliação da UBS inclui: pintura geral da edificação, construção de abrigo de gás, instalação de equipamento para renovação mecânica do ar, substituição de forro por gesso em ambientes específicos, ampliação de ambientes conforme projeto aprovado e construção de abrigo de lixo. Tais intervenções são necessárias para adequar o equipamento público às exigências técnicas, melhorar condições de atendimento, ampliar a capacidade de acolhimento, e assegurar conformidade com normas sanitárias e operacionais aplicáveis à atenção primária.

2.4 - A ausência dessas adequações prejudica o atendimento à população, compromete a salubridade dos ambientes, limita a execução das atividades das equipes de saúde e impede o cumprimento das condições pactuadas com o Ministério da Saúde, o que pode gerar riscos de suspensão de repasses, responsabilização do ente municipal e manutenção de condições inadequadas aos usuários e trabalhadores. Portanto, a contratação é indispensável para assegurar a continuidade e a melhoria da prestação dos serviços de saúde, em conformidade com as diretrizes do SUS e com o Termo de Compromisso vigente.

2.5 - Com a contratação pretendida, será possível assegurar melhorias na infraestrutura física da UBS, ampliando sua capacidade de atendimento, promovendo ambientes mais saudáveis e funcionais, além de potencializar a qualidade dos serviços prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.6 - Ressalta-se ainda que a execução das obras previstas está alinhada aos objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente quanto à universalização do acesso, à integralidade da assistência e à equidade. A intervenção contribuirá para a qualificação da atenção primária, fortalecendo a rede de serviços públicos de saúde no município. A demanda decorre da insuficiência da atual estrutura física para atender com qualidade o crescente número de usuários da rede de atenção primária à saúde, dificultando a oferta de serviços em ambiente adequado, acessível e humanizado. O problema central está na limitação de espaços assistenciais e de apoio, que compromete a organização do fluxo de pacientes, gera desconforto nas áreas de espera e reduz a capacidade de acolhimento da unidade.

2.7 - Dessa forma, a contratação de empresa especializada em engenharia se faz imprescindível para garantir o cumprimento das metas pactuadas com o Ministério da Saúde,

assegurando a correta aplicação dos recursos federais transferidos e o atendimento à população com estrutura adequada, segura e eficiente.

2.8 - Desempenhando suas atribuições, a Prefeitura de Tarauacá, sendo responsável, entre outras, por gerir as políticas públicas, sociais e culturais do referido município, identificou a necessidade da Ampliação desta Unidade Básica de Saúde para melhor atender o público daquela região, pois o bairro em que a unidade é localizada está em expansão e a atual estrutura já se encontra deficitária.

2.9. A problemática central que motiva a ampliação da UBS Maria da Luz, no município de Tarauacá/Acre envolve a necessidade de ampliação das infraestruturas para atender à crescente demanda por serviços de saúde. Além disso, a Política Nacional de Atenção Primária (PNAB), conforme a Portaria GM/MS nº 2.436/2017, estabelece que a Unidade Básica de Saúde se adapte a novos parâmetros de infraestrutura, ambiência e funcionamento. Essas mudanças são fundamentais para proporcionar um atendimento mais acolhedor e humano à população, além de garantir um ambiente de trabalho mais saudável para os profissionais de saúde.

2.10 - Portanto, a contratação é justificada pela necessidade de assegurar eficiência, acessibilidade, segurança sanitária e qualidade no atendimento à população, atendendo tanto às demandas locais quanto às diretrizes nacionais para a melhoria da Atenção Primária à Saúde.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 - O Município de Tarauacá encontra-se em fase de formalização do seu Plano de Contratações Anual (PCA). Embora o documento ainda não esteja finalizado, a presente contratação mantém pleno alinhamento às prioridades estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que decorre diretamente do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, firmado com o Ministério da Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

3.2 - A obra de ampliação e requalificação da UBS Maria da Luz representa uma obrigação pactuada, vinculada a recursos federais específicos destinados à melhoria da infraestrutura da Atenção Primária. Dessa forma, mesmo com o PCA municipal em processo de formalização, a contratação se justifica plenamente por:

- atender diretamente às diretrizes do SUS quanto à ampliação e qualificação da Atenção Básica;
- estar integrada ao planejamento da rede municipal de saúde, garantindo adequação física e funcional das unidades;
- cumprir compromisso formal assumido com o Ministério da Saúde, cuja execução é obrigatória e condiciona a utilização dos recursos transferidos via Fundo/SUS.

3.3 - Assim, a contratação permanece compatível com o planejamento institucional, ainda que o PCA esteja em fase de conclusão, e será formalmente incorporada ao documento assim que finalizado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;

4.2 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

4.4 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

4.5 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo a obra vinculada ao fortalecimento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS);
- h) Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), notadamente a RDC nº 50/2002 e atualizações, que estabelecem parâmetros para planejamento físico de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- i) Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes aplicáveis às obras de engenharia e às instalações prediais;
- j) Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) referentes ao manejo e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- k) Legislação urbanística e de obras municipais, incluindo o Código de Obras e o Plano Diretor de Tarauacá, no que couber;
- l) Normas de segurança do trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho aplicáveis à construção civil (NR-18) e às condições ambientais (NR-32).
- m) Resoluções e Portarias do Ministério da Saúde – em especial aquelas vinculadas ao Programa de Requalificação de UBS, que exigem adequação da infraestrutura às normas sanitárias e funcionais;
- n) Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) A garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública, Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia.

- p) A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

4.6 - Requisitos de sustentabilidade

4.6.1 - Considerando as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), a contratação deverá observar requisitos de sustentabilidade em todas as etapas da obra, tais como:

- Utilização de materiais certificados, recicláveis ou de baixo impacto ambiental, priorizando fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua cadeia produtiva;
- Implementação de gestão adequada dos resíduos sólidos da construção civil e resíduos de saúde, com separação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente corretos;
- Adoção de soluções de eficiência energética, incluindo a instalação de sistemas de climatização com baixo consumo energético e ventilação adequada, em conformidade com normas de eficiência do setor;
- Observância da acessibilidade universal, garantindo o uso da edificação por todas as pessoas, inclusive com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Redução do consumo de água potável, mediante uso de dispositivos economizadores e previsão de reaproveitamento quando possível;
- Atendimento a critérios de segurança, saúde ocupacional e conforto ambiental, visando condições de salubridade tanto para trabalhadores durante a execução da obra quanto para os usuários após sua conclusão.

4.7 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021 e outros pertinentes definidos no edital.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 - A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido pelo órgão demandante que resulta no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

5.2 - Cada etapa do projeto que irá ser construída foi pensada para atender as necessidades proposta do solicitante e no recurso disponível, trazendo benefícios aos usuários.

5.3 - O objeto ficou caracterizado da seguinte maneira:

5.3.1 - A área de ampliação é de 92,86 m², distribuídos entre:

- ✓ Pintura de toda edificação;
- ✓ Construção de Abrigo de gás;
- ✓ Inserir equipamentos para trocar de ar mecanizado;
- ✓ Substituição de forro para o gesso em ambientes indicados;
- ✓ Ampliação dos ambientes conforme indicado;
- ✓ Construção de abrigo de lixo

5.4 - A definição das quantidades deverá considerar o levantamento físico realizado na UBS Maria da Luz e as necessidades específicas constantes do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011. Para fins de elaboração do ETP, apresentam-se as diretrizes de estimativa:

Estimativas iniciais de quantidades:

- Área total a ser pintada: definida a partir do levantamento de paredes internas, externas e tetos, considerando metragem linear e altura dos ambientes.
- Quantidade de ambientes a terem o forro substituído por gesso: conforme indicação no projeto.
- Dimensões do abrigo de gás: estimadas com base na demanda de consumo e nas normas de segurança.
- Dimensões da ampliação dos ambientes: calculadas conforme o anteprojeto, considerando área útil, circulação e compatibilidade com exigências sanitárias.
- Dimensões do abrigo de lixo: conforme fluxos internos e normas sanitárias.
- Dimensionamento do sistema de troca de ar: estimado a partir da área dos ambientes e taxa de renovação exigida para unidades de saúde.

5.5 - As quantidades estimadas para os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução foram cuidadosamente calculadas com base nos projetos elaborados.

5.6 - Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária (sintética e analítica) e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

5.7 - Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades dos serviços, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5.8 - Os serviços ora estimados estão diretamente vinculados à ampliação da UBS Maria da Luz e não apresentam, neste momento, interdependência com outras contratações em andamento pelo município. Contudo, poderão gerar economia de escala ao serem planejados em conjunto com futuras obras de saúde básica, uma vez que metodologias construtivas, aquisição de equipamentos e fornecimento de materiais podem ser padronizados, resultando em custos mais vantajosos para a Administração Pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 - Para atender às necessidades de ampliação e requalificação da UBS Maria da Luz, foram avaliadas alternativas de solução disponíveis no mercado e no contexto da infraestrutura existente. A análise seguiu critérios de viabilidade técnica, custo global, durabilidade, manutenção futura e conformidade com normas sanitárias e de engenharia.

Alternativa 1 – Manutenção apenas corretiva da edificação atual (sem ampliação):

- Vantagens: menor custo imediato; menor tempo de execução.
- Desvantagens: não atende às exigências funcionais da Atenção Primária; não resolve problemas de espaço físico; não cumpre o Termo de Compromisso; mantém inadequações sanitárias; não oferece ganho estrutural.
- Conclusão: tecnicamente inviável e economicamente inadequada, pois não resolveria a necessidade real.

Alternativa 2 – Construção de nova unidade em outro local:

- Vantagens: possibilidade de projeto moderno e integralmente adequado às normas.
- Desvantagens: custo muito superior; ausência de terreno disponível próximo ao público atendido; inviabilidade financeira; não atende ao objeto pactuado no Termo de Compromisso.

- Conclusão: solução economicamente desaconselhável e incompatível com a obrigação formal assumida com o Ministério da Saúde.

Alternativa 3 – Ampliação e requalificação da unidade existente (solução adotada):

- Vantagens: aproveitamento da estrutura atual; menor custo em comparação à construção de nova unidade; solução compatível com o Termo de Compromisso; permite adequação sanitária, funcional e arquitetônica; amplia a capacidade instalada; reduz impactos operacionais; facilita continuidade do atendimento à população.
- Desvantagens: necessidade de planejar logística durante a obra para minimizar interferências no funcionamento.
- Conclusão: solução mais técnica, econômica e adequada ao interesse público, atendendo integralmente às exigências do Programa de Requalificação de UBS e às condições pactuadas com o Ministério da Saúde.

6.2 - A ampliação e requalificação da UBS Maria da Luz representa a alternativa com melhor relação custo-benefício, pois utiliza a infraestrutura já existente, corrige inadequações estruturais, melhora a ambiência dos profissionais e usuários, amplia a capacidade de atendimento e cumpre integralmente as obrigações pactuadas com o Ministério da Saúde. É tecnicamente viável, economicamente vantajosa e operacionalmente adequada ao contexto do município.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

7.2- Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

7.3 - Com isso, baseado no orçamento aprovado, **o valor estimado para esta contratação é de R\$ 704.381,08 (setecentos e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais e oito centavos).** Sendo R\$ 699.990,00 (Seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais) com recursos do termo de compromisso, oriundo do Fundo / SUS e R\$ 4.391,08 (quatro mil, trezentos e noventa e um reais e oito centavos) de contrapartida do Município.

| Descrição | Unidade/Serviço | Referência | Valor Total |
|--|----------------------|---------------------------|-----------------------|
| Ampliação da Unidade Básica de Maria da Luz, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 120 – Bairro da Praia, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 011, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no âmbito do Programa de Requalificação de UBS. | Ampliação/construção | REF. 01: SINAPI – 05/2025 | R\$ 704.381,08 |

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 - A solução selecionada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá consiste na ampliação e requalificação da Unidade Básica de Saúde Maria da Luz, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, firmado com o Ministério da Saúde.

8.2 - A solução contempla os seguintes elementos:

- Pintura integral da edificação, abrangendo áreas internas e externas, com utilização de tintas adequadas a ambientes de saúde, de fácil higienização e resistência ao desgaste.
- Construção de abrigo de gás conforme normas de segurança, incluindo base de concreto, ventilação adequada, afastamento regulamentar e fechamento apropriado.
- Instalação de sistema mecânico de renovação de ar nos ambientes indicados, garantindo taxas adequadas de ventilação, exaustão e climatização conforme normas técnicas aplicáveis.
- Substituição do forro existente por forro de gesso nos setores previstos em projeto, assegurando acabamentos de qualidade, isolamento térmico e acústico e maior durabilidade.
- Ampliação dos ambientes da UBS conforme projeto aprovado, com aumento de áreas de atendimento, salas técnicas, garantindo fluxos mais eficientes e adequados às rotinas assistenciais.
- Construção de abrigo de lixo devidamente setorizado, atendendo às normas da vigilância sanitária para armazenamento temporário e manejo seguro de resíduos.

8.3 - A solução selecionada utiliza a estrutura existente, reduz custos quando comparada à construção de nova unidade, facilita a manutenção dos serviços durante a execução e garante atendimento às exigências sanitárias e funcionais do SUS. Além disso, atende plenamente às obrigações pactuadas com o Ministério da Saúde e otimiza o uso dos recursos federais transferidos via Fundo/SUS.

8.4 – A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes serviços:

- ✓ Item 01 – Administração Local da Obra
- ✓ Item 02 – Canteiro de Obras
- ✓ Item 03 – Demolição
- ✓ Item 04 - Infra Super Estrutura
- ✓ Item 05 – Paredes e Painéis
- ✓ Item 06 – Revestimentos
- ✓ Item 07 – Piso
- ✓ Item 08 – Pintura
- ✓ Item 09 – Esquadrias
- ✓ Item 10 – Cobertura

- ✓ Item 11 – Instalações Elétricas
- ✓ Item 12 – Instalações Hidro Sanitárias
- ✓ Item 13 - Instalações HVAC – Renovação de Ar
- ✓ Item 14 – Instalações de Combate a Incêndio e Pânico
- ✓ Item 15 – Serviços Finais

8.2 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.3 - As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos.

8.5 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço global.**

Modalidade da Licitação: Concorrência;

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Global;

Forma: Eletrônica;

Modo de Disputa: aberto;

Critério de julgamento: Menor preço;

Tipo de Serviço: Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de Obra: Ampliação/construção

Data Base do Orçamento: SINAPI – 05/2025

8.6 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

8.7 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.8 - Fica o objeto definido como **Contratação de Empresa de Engenharia para execução da Ampliação da Unidade Básica de Maria da Luz, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 120 – Bairro da Praia, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23 - 011, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Tarauacá através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no âmbito do Programa de Requalificação de UBS.** O prazo para execução da obra será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de início da respectiva Ordem de Serviço e / ou assinatura do contrato, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

8.9 - A solução a ser contratada consiste na ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS), abrangendo a execução de serviços de construção civil, instalação de equipamentos, implementação de medidas de acessibilidade e adequação de espaços de apoio, em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA e pelas normas técnicas da ABNT.

8.10 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica, ou seja:

- A obra constitui um conjunto interdependente de serviços de engenharia, cuja execução exige compatibilidade sequencial e integração entre etapas (ampliação, instalações, pintura, substituição de forro, construção dos abrigos e instalação do sistema de renovação de ar).
- O fracionamento comprometeria a responsabilidade técnica global, dificultando o gerenciamento das interfaces entre diferentes empresas e aumentando o risco de incompatibilidades construtivas, retrabalhos e atrasos.
- A legislação do Ministério da Saúde e as diretrizes do Programa de Requalificação de UBS exigem a entrega integral e funcional da unidade, o que demanda execução coordenada.
- A contratação integral sob responsabilidade de um único executor garante maior controle de qualidade, padronização dos materiais empregados e respeito às normas técnicas.
- O parcelamento poderia elevar o custo final, reduzir a eficiência da obra e aumentar os riscos de conflitos entre contratados.
- A execução unificada permite estabelecimento claro da responsabilidade técnica (ART) e atende melhor ao interesse público.

9.2 - Para execução deste tipo de objeto, ainda que exista viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são independentes, o eventual o atraso em uma etapa construtiva poderá implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

9.3 - Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

9.4 - Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A obra de ampliação e requalificação da UBS Maria da Luz resultará em melhorias significativas na infraestrutura da Atenção Primária à Saúde do município de Tarauacá. Com a ampliação dos ambientes e a reorganização dos fluxos internos. A adequação estrutural proporcionará ambientes mais seguros, salubres e compatíveis com as normas sanitárias e arquitetônicas definidas pelo Ministério da Saúde, assegurando melhores condições de trabalho para os profissionais e maior conforto aos usuários.

10.2 - A instalação do sistema de renovação mecânica de ar contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade ambiental interna, reduzindo riscos sanitários e promovendo condições mais adequadas ao atendimento em saúde. A substituição dos forros, a nova pintura e a execução de acabamentos adequados elevarão o padrão de ambiência da unidade, tornando o local mais acolhedor e eficiente. Com a conclusão da obra, o município atenderá integralmente às obrigações estabelecidas no Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, assegurando o correto uso dos recursos federais e evitando riscos de devolução de verbas ou impedimentos futuros.

10.3 - Adicionalmente, a ampliação representa uma solução economicamente vantajosa, pois aproveita a estrutura existente e reduz custos em comparação a alternativas mais onerosas, como a construção de uma nova unidade. A melhoria da infraestrutura proporcionará maior eficiência operacional às equipes de saúde, permitindo melhor organização administrativa, armazenamento adequado de insumos e realização das atividades com maior segurança e funcionalidade. Dessa forma, o investimento reforça os princípios de economicidade, eficiência e boa gestão dos recursos públicos, contribuindo diretamente para o fortalecimento da rede municipal de saúde.

10.4 - A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1 - A Administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato: Providências que serão necessárias pela Administração para iniciar a execução do objeto: Definir local de canteiro de obra. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.

11.2 - A gestão da execução ocorrerá mediante acompanhamento técnico contínuo pela Prefeitura de Tarauacá, com supervisão da equipe de engenharia responsável, e fiscalização do contrato, em conformidade com os instrumentos de repasse de recursos federais. Serão emitidos relatórios periódicos de medição e conformidade, que servirão de base para liberação dos pagamentos, vinculados ao avanço físico da obra.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1 - A obra de ampliação da UBS Maria da Luz apresenta algumas interdependências e correlações com outras ações e contratações necessárias à adequada operação da unidade após a conclusão da obra.

12.2 - Primeiramente, a intervenção está vinculada ao Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, celebrado com o Ministério da Saúde, o qual pode exigir futuras contratações acessórias, como aquisição de mobiliário ou equipamentos específicos para o correto funcionamento dos ambientes ampliados. Embora tais aquisições não façam parte do escopo da obra, poderão ser necessárias para garantir a plena funcionalidade dos espaços requalificados.

12.3 - Além disso, poderão ser necessárias contratações correlatas relacionadas a serviços de manutenção preventiva de equipamentos de renovação de ar instalados, bem como de manutenção predial continuada, com vistas à preservação das condições estruturais e sanitárias da unidade ao longo do tempo. Caso tais serviços já existam no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, recomenda-se a adequação dos contratos para contemplar a nova área construída.

12.4 - Por fim, podem existir contratações interdependentes relacionadas à atualização do sistema elétrico, compra de novos equipamentos médico-assistenciais ou adequações de TI, que deverão ser avaliadas conforme necessidade da equipe gestora após a entrega da obra

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 – A execução da obra de ampliação da UBS Maria da Luz pode gerar impactos ambientais típicos de intervenções de pequeno porte, os quais devem ser identificados e mitigados desde a fase de planejamento até a conclusão dos serviços.

13.2- A principal geração de resíduos ocorrerá nas etapas de demolição parcial, substituição de forros, serviços de alvenaria, pintura e instalação de equipamentos. Esses resíduos devem ser segregados, acondicionados e destinados conforme normas ambientais e sanitárias aplicáveis, evitando o descarte inadequado em áreas públicas ou depósitos irregulares. Resíduos recicláveis, como papelão, plástico e metais, devem ser destinados a pontos de entrega voluntária ou empresas de coleta seletiva, quando disponíveis no município.

13.3 - O uso de tintas, solventes, massas e outros produtos químicos exige cuidados com armazenamento, transporte e uso, para evitar contaminação do solo ou da rede de drenagem. Recomenda-se que sejam utilizados materiais com menor emissão de compostos orgânicos voláteis, sempre que possível, e que os resíduos líquidos sejam destinados de forma correta.

13.4 - Outro impacto potencial está relacionado à geração de ruído e poeira durante a obra. Para mitigação, devem ser adotadas medidas como: umedecimento periódico das áreas de corte e demolição, instalação de barreiras físicas quando necessário, limpeza contínua do canteiro e respeito aos horários permitidos para execução de atividades ruidosas. Deve-se também assegurar que a obra não cause riscos à circulação de usuários da UBS, com isolamento adequado e rotas seguras.

13.5 - A construção dos abrigos de gás e lixo deverá seguir normas específicas que visam garantir segurança, ventilação e prevenção de riscos ao meio ambiente e às pessoas. Após a

conclusão da obra, os resíduos sólidos gerados pela rotina da unidade devem seguir as normas de manejo de resíduos de serviços de saúde.

13.6 - O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público. Tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) a observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) o emprego apurado dos recursos públicos;
- c) conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

13.7 - Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

13.8 - Na mesma interpretação, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

13.9 - Sob esse viés normativo, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

13.10 - Tal entendimento consta do art. 6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe que deve, o Projeto Básico, conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

13.11 - Diante disso, na execução da obra, deverão a contratante e a contratada proceder com a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à Administração a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a contratada o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13.12 - A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Compromisso e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá

Órgão: 19 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 10 – Fundo Municipal de Saúde

Proj. /Ativ.: 1.613 – Ampliação de Unidades Básicas de Saúde

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte: 1.600.00.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - / R\$ 699.990,00

1.500.31.000 - Recursos Não Vinculados De Impostos / R\$ 4.391,08

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Após a análise técnica, econômica, funcional e normativa realizada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para ampliação e requalificação da Unidade Básica de Saúde Maria da Luz é adequada, necessária e plenamente justificada. A solução proposta atende integralmente às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá, corrige limitações estruturais da unidade atual e contribui para a melhoria das condições de atendimento da população.

15.2 - A obra é tecnicamente viável, pois aproveita a estrutura existente, possibilita adequações essenciais às atividades assistenciais e observa as normas de engenharia, arquitetura, acessibilidade e vigilância sanitária aplicáveis às unidades de saúde. Também é economicamente vantajosa, considerando que representa o melhor custo-benefício quando comparada a alternativas como a manutenção isolada ou a construção de nova unidade, além de ser totalmente compatível com o valor estimado.

15.3 - A contratação é operacionalmente adequada, uma vez que permite execução integrada, facilita o controle técnico e assegura a entrega final de uma unidade com condições sanitárias e funcionais superiores. Além disso, cumpre rigorosamente as obrigações pactuadas com o Ministério da Saúde por meio do Termo de Compromisso nº 11507.4300001/23-011, evitando riscos de descumprimento, devolução de recursos ou impactos negativos à continuidade da atenção primária no município.

15.4 - Diante disso, manifesta-se favoravelmente à contratação, reconhecendo-a como medida necessária ao interesse público, alinhada ao planejamento da saúde municipal, à boa gestão de recursos do SUS e à melhoria da infraestrutura destinada ao atendimento da população de Tarauacá.

Tarauacá, 04 de dezembro de 2025.

Elaborado por:

FABRIOLA AZEVEDO LIMA

Diretora de Convênios da Sec. Mun. De Saúde
Portaria nº 181/2025

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA

Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:

FRANCISCO ROMÁRIO DE OLIVEIRA COSTA

Secretário de Municipal Saúde

DECRETO Nº 086/2025